

PROCESSO Nº.5361 /2019

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA ARMADA

1. PREÂMBULO

1.1. A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE (RS), por intermédio da Comissão Geral de Licitações-CGL, torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto o descrito no Anexo I – Termo de Referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos deste Edital e de seus Anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/02, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93.

1.2. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através da utilização do aplicativo "Licitações", do Portal de www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, conforme Lei 8093/2017 que formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

1.3. REALIZAÇÃO: O acesso ao Pregão Eletrônico está disponível no Portal de www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul e na página da Câmara na aba Licitações e Concursos.

1.4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até as 10h00min do dia 18/10/2019.

1.5. ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 10h00min do dia 18/10/2019.

1.6. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 18/10/2019.

1.7. TEMPO DE DISPUTA: a critério do Pregoeiro acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.

1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF.

1.8.1. A(s) licitante(s) deverá (ão) observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.

1.9. Impugnações ao Edital, caso interpostas, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, através do email: licitações@camarariogrande.rs.gov.br.

1.10. Pedidos de esclarecimentos devem ser dirigidos ao Pregoeiro até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: licitações@camarariogrande.rs.gov.br.

1.10.1. Não serão aceitos se remetidos via fax ou correio.

1.11. Expediente externo: CGL: de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 13h00min às 19h00min. Protocolo Geral da Câmara: de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h às 19h. Eventuais alterações de horário do expediente externo no portal eletrônico do Legislativo – www.camarariogrande.rs.gov.br, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.

1.12. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta Financeira

Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo IV - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo

Anexo V - Modelo de Declaração de enquadramento em ME/EPP

Anexo VI - Modelo de Declaração do Menor

Anexo VII - Modelo de Declaração de não emprego de funcionário Público Municipal

Anexo VIII - Minuta do Contrato

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos e que estejam cadastrados / credenciados junto ao provedor do sistema eletrônico (www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul).

2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados que, no âmbito do Município do Rio Grande (RS), estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, seja em face do disposto no Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.

2.3. Não poderão participar da presente licitação os interessados que, no âmbito de qualquer ente federativo, estejam declarados como inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, seja em face do disposto no Inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02.

2.4. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

2.5. Não será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) junto ao provedor do sistema que devem ser obtidas junto ao www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul.

3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto a Portal www.banrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, portal de licitações do Banrisul.

Poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Licitações do Banrisul (provedor do sistema) ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Portal de Licitações do Banrisul (provedor do sistema), para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PROPOSTA FINANCEIRA

4.1. A Proposta Financeira deverá ser elaborada e enviada, após o fornecedor ser habilitado junto com os demais documentos solicitado neste edital, no campo do sistema (é necessário preencher a descrição complementar do objeto), o qual deverá conter as seguintes informações:

4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas do objeto proposto e outros elementos que identifiquem suas características (conforme Anexo I); não será desclassificada a proposta por mera formalidade, ou falta de algum dado do objeto solicitado, a proposta final do vencedor sim será obrigatória estar totalmente completa.

4.1.2. Prazo de Validade da Proposta Financeira, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

4.1.3. Dados completos da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número de CNPJ, banco, agência e conta-corrente;

4.1.4. O encaminhamento de Proposta Financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.1.6. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.2. Observações relativas à Proposta Financeira:

4.2.1. O preço proposto será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, sendo de responsabilidade da empresa vencedora da licitação, todo e qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

4.2.2. A omissão na proposta financeira em relação a exigências do Edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas.

4.2.3. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

4.2.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, dois algarismos após a vírgula.

4.2.4.1. Algarismo excedente ao permitido pelo item supra, serão simplesmente desconsiderados, sem quaisquer arredondamentos.

4.2.5. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da Proposta Financeira, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 (sessenta) dias.

4.2.6. Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA

5.1. O julgamento obedecerá ao critério de menor preço global, observando-se o disposto no Art. 4º, X, da Lei nº 10.520/02;

5.2. A análise da Proposta Financeira pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo preliminarmente desclassificada a Proposta Financeira:

5.2.1. cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no Edital;

5.2.2. que apresente preços manifestamente inexequíveis;

5.2.3. que não contiverem informações suficientes que permitam a perfeita identificação do objeto licitado.

5.3. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das Propostas Financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços máximos aceitáveis expostos no termo de referência.

5.4. Deverá a empresa juntar atestado de capacidade técnica junto a a proposta financeira.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A licitante vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício, e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1. Em caso de existir Procurador, apresentar a procuração registrada em cartório com suas finalidades e poderes, incluindo cópia da cédula de identidade do outorgado autenticada. Caso não exista procurador, enviar cópia da cédula de identidade do proprietário ou sócio-gerente com firma reconhecida que comprove sua assinatura em todos os documentos assinados de sua empresa.

6.1.2. Declaração formal, conforme modelo Anexo II, de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de cumprimento ao disposto no Art. 27, V, da Lei nº. 8.666/93; não obrigatório caso tenham declarações no sistema.

6.1.3. Cópia de Declaração de enquadramento ou Certidão Simplificada em microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, autenticada e emitida pela Junta Comercial, caso se tratando de ME ou EPP, (não obrigado apresentar, caso tenha a declaração no sistema).

REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, dentro de seu prazo de validade. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos e será efetuada através da apresentação dos seguintes documentos:

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União Expedida nos termos do Decreto Federal nº5.512/05 e da Portaria Conjunta RFG/PGFN nº1.751, de 02/10/2014. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. “A apresentação da nova certidão conjunta substitui a apresentação da certidão negativa do INSS constante no item 6.1.5 – b.”

c) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria e/ou Delegacia da Fazenda Estadual, dentro do prazo de validade;

d) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão, (não obrigado apresentar, caso tenha atualizada no sistema)

e) Certidão de regularidade fiscal junto ao Município do domicílio ou sede da licitante, dentro do prazo de validade;

f) Caso a licitante tenha filial(is) no Município de Rio Grande (RS) deverá apresentar Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município de Rio Grande (RS), dentro do prazo de validade.

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a saber:

h) Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

i) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa junto ao INSS, dentro de seu prazo de validade. “Caso o contribuinte possua a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, não é obrigatória a apresentação da certidão negativa previdenciária (INSS)”.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

b) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

c) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

d) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro de seu prazo de validade.

6.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) certificado de autorização para funcionamento como empresa especializada em serviços de vigilância patrimonial, fornecido pelo Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal.

b) registro no Grupamento de Supervisão Vigilância e Guarda, da Brigada Militar.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

6.3. Observações relativas aos documentos de habilitação:

6.3.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o Pregoeiro, se entender necessário, poderá diligenciar na internet para averiguar a autenticidade dos mesmos, habilitando ou não a licitante em função desta diligência. Não serão admitidas cópias em papel termo sensíveis (fax).

6.3.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.

6.3.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a 60 (sessenta) dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

6.3.4. Caso a licitante seja cadastrada junto a Câmara Municipal do Rio Grande (RS), poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) , dentro de seu prazo de validade, em substituição dos documentos relacionados nos itens 6.1.1, 6.1.4 letras a, b, c, d e 6.1.5 a e b; ou apresentação do Certificado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme Art. 34 § 2º da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, quando será verificada a sua regularidade, no caso das licitantes inscritas no dito sistema. Será assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão (caso algum documento não esteja atualizado no sistema)., está incluído também o item 6.1.3, os demais itens da documentação de habilitação a licitante e obrigada a apresentar.

6.3.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiver dentro de seu prazo de validade. Poderá ser anexado junto ao CRC as certidões que estiverem vencidas junto ao envelope de documento.

6.3.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte, esta não será inabilitada. (artigo 42 da lei complementar nº 123, de 14/12/2006).

6.3.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições, conforme item 6.2.6. , tem assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por iguais períodos a partir da publicação da adjudicação da licitação, para apresentar o CRC ou os documentos solicitados.

6.3.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato/ empenho ou revogar a licitação.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. Até o horário previsto neste Edital, serão recebidas as Propostas Financeiras. Após, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas Financeiras recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.

7.1.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

7.1.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.1.3. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no Sistema de Compras, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s).

7.1.4. Ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a

elas concedidas pela Lei Complementar Federal de nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 44, conforme 7.1.5.

7.1.5. Será assegurado como critério de desempate. Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.6. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada.

7.1.7. Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

7.1.8. O sistema informará às empresas que se enquadrarem no item 7.1.5.

7.1.9. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.1.10. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.1.5. Será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.1.11. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o item 7.1.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.12. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos itens 7.1.8 e 7.1.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a melhor proposta.

7.1.13 Os itens serão agrupados e deverão estar abaixo ou igual ao valor máximo aceitável, conforme termo de referência. A proposta deverá vir com o valor unitário e total global para classificação.

7.2. Da Etapa de Lances

7.2.1. Os lances ofertados serão pelo menor preço por item, cotados em reais.

7.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.

7.2.4. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando, o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.2.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.2.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.

7.2.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

7.2.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a Proposta Financeira de menor preço e os valores praticados no mercado para a contratação.

7.2.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.2.7 e 7.2.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.2.10. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.2.11. O Pregoeiro anunciará a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.2.12. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste Edital.

7.2.13. Após o encerramento dos lances, ou mesmo em outro momento, caso haja solicitação de qualquer documento pelo pregoeiro via chat, a licitante solicitada deverá, em até 24 horas, atender o quanto solicitado, sob pena de desclassificação, devendo o atendimento dar-se através de campo específico disponibilizado no próprio sistema de Portal de Licitações do Bannisul, podendo fazer envio via e-mail: licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br, hipótese em que os demais licitantes poderão solicitar acesso ao correspondente documento.

7.3. DA HABILITAÇÃO

7.3.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro examinará a Proposta Financeira classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação aos preços praticados no mercado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital, avaliada na forma da Lei n.º 8.666/93.

7.3.2. A licitante cadastrada no SICAF ou CRC, e que estiver dentro do prazo de validade, deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC ou SICAF , conforme dispõe o item 6.2.4.

7.3.2.1. Não sendo a licitante cadastrada junto a Câmara Municipal do Rio Grande ou estando o licitante com o CRC vencido deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital

7.3.3. Os documentos e anexos exigidos deverão ser apresentados na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir da aceitação do melhor lance pelo pregoeiro, sito a Rua General Vitorino, 441 – Centro – CEP: 96200-310 – Rio Grande/RS. Será considerado apenas o recebimento, pelo pregoeiro, dos documentos e anexos exigidos, e não sua postagem.

7.3.3.1. Os documentos e seus anexos exigidos deverão ser apresentados em envelope lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2019 -PROPONENTE:
ENDEREÇO:

7.3.4. Se a(s) proposta(s) não for(em) aceitável(is) ou se a(s) licitante(s) não atender(em) às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias Também nessa fase o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.3.5. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.

7.4. DOS RECURSOS

7.4.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (através de anexo), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo Pregoeiro, ao vencedor do certame.

7.4.3. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste Edital.

7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

7.4.5. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1., nos autos do processo no CGL, bem como no sistema eletrônico.

7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.4.7. Havendo recursos, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à Autoridade Competente a decisão em grau final.

7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora a Autoridade Competente homologará a licitação.

8. DA CONTRATAÇÃO:

8.1. Será firmado Contrato com a empresa vencedora, conforme anexo III, com vigência máxima até o final do prazo de 12 meses.

8.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora recusar-se a receber a Nota de Empenho no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

8.3. Decorridos 60 dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

9.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

9.2. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

9.3. A autoridade competente adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame e homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário e assinar o Contrato, dentro do prazo de no máximo , 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Câmara Municipal do Rio Grande.

9.4. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular

ou se recusar injustificadamente o assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da comunicação do art. 81 da Lei nº 8666/93.

9.5. Decorrido o prazo do item 9.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Câmara o proponente convocado para a assinatura do Contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, a aplicação das penalidades enunciadas, Lei 10.520/02 ou subsidiariamente no da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela

10. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Homologado o processo, a autoridade competente convocará o licitante vencedor para no prazo de 02 (dois) dias informar os dados do(s) representante(s) legal(is) da empresa que assinará(ão) o contrato, dentre aqueles constantes do estatuto/contrato social, ou do procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato específico para tal finalidade, com firma reconhecida em cartório.

10.2 Convocado para assinar o contrato, o licitante vencedor deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado.

11. REAJUSTAMENTO:

11.1 - Os valores que são previstos em Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados segundo as variações da mesma, mesmo que ocorra em período inferior a 12 (doze) meses.

11.2 - Os demais itens que não se enquadram nos valores acordados em Convenção coletiva de Trabalho serão reajustados pelo IGPM, após o período de 12 (doze) meses do início do contrato.

11.3. O reajuste de vale-transporte ocorrerá quando for concedido aumento do vale e nos mesmos percentuais do aumento.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento das faturas será de 15 (quinze) dias úteis, da apresentação das mesmas, mensalmente, após atestado expedido pela Solicitante, quanto o fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento, mediante a comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS, cópia dos recibos de entrega dos vales-transporte, dos vales-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria solicitante.

12.2. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria solicitante.

12.3. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização e por esta recebidas.

13 . DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação poderão ser interpostos recursos administrativos, com base no que determina a Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

13.2 – As razões do recurso serão dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, desde que o licitante tenha manifestado motivadamente a intenção de recorrer na sessão pública do Pregão, e deverão

ser entregues no protocolo geral, na Rua General Vitorino 441, no horário de 08:00 (oito horas) às 13:00 (treze horas).

13.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. - DAS SANÇÕES

14.1. A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará o fornecedor às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

14.2. Advertência escrita:

a) Considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital, no Contrato / Nota de Empenho e nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93.

14.3. Multa:

a) de 0,3% (três décimos por cento) por dia útil de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto, aplicável sobre o valor total do Contrato/Nota de Empenho, atualizado, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis.

b) de 15% (quinze por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição, e/ou na instalação do objeto no prazo superior a 10 (dez) dias úteis e limitado a 20 (vinte) dias úteis, bem como de inexecução parcial do Contrato / Nota de Empenho e/ou subcontratação não autorizada no Edital, aplicável sobre o valor total do Contrato / Nota de Empenho, atualizado.

c) de 25% (vinte e cinco por cento) no caso de atraso na entrega integral, na substituição e/ou na instalação do objeto transcorridos 21 (vinte e um) dias úteis do prazo estabelecido no Contrato / Nota de Empenho, bem como de inexecução total do Contrato e/ou subcontratação total do objeto do Contrato / Nota de Empenho, aplicável sobre o valor total do Contrato / Nota de Empenho, atualizado.

14.4. A ocorrência das hipóteses previstas nas alíneas “b” ou “c” do subitem supra, a CONTRATADA, além da aplicação da multa, por aplicação das disposições contidas na Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, sofrerá as seguintes penalidades,:

- a) Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.
- b) Suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.5. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta financeira, não celebrar o Contrato e/ou recusar a receber a Nota de Empenho, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato / Nota de Empenho, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como sujeito à multa de 25% (vinte e cinco por cento); aplicada sobre o valor total da Proposta Financeira / Contrato / Nota de Empenho, atualizado conforme artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

14.6. Conforme o caso, as multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da correspondente notificação ou descontada do pagamento, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Servirão de cobertura para as despesas do presente Edital as dotações orçamentárias constantes dos Pedidos e Autorizações que deram origem ao presente processo licitatório.

15.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.3. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na CGL, localizado a Rua General Vitorino, 441- Centro, fone (053)3233-8597 ou 8592, no horário constante do item 1.11.

15.4. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.5. No uso da prerrogativa conferida pelo § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, o Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer tempo, os originais de procurações, documentos de habilitação, documentos que integrem as propostas dos licitantes e quaisquer outros cujas cópias sejam apresentadas durante o processo licitatório.

15.6. Reserva-se a Câmara do Rio Grande o direito de revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

15.7. Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, via e-mail: licitacoes@camarariogrande.rs.gov.br, ou por escrito diretamente ao Pregoeiro, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis antes do recebimento dos envelopes. As respostas serão colocadas em email e serão avisados de alteração no edital via e-mail todos os proponentes que retiram o edital no portal desta Câmara através de cadastro, até 02 dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

15.8. Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Câmara Municipal do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.camarariogrande.rs.gov.br (link: Licitações e contratos).

11.9. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se supletivamente a Lei nº 8.666 de 21.06.1993.

11.10. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande.

Câmara Municipal do Rio Grande, 02 de outubro 2019.

Ver^a. Andréa Dutra Westphal

Presidente

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Consultoria Jurídica.

Em _____ - _____ - _____

Consultora) Jurídico(a)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa de prestação de serviço de VIGILÂNCIA ARMADA, devendo os serviços serem prestados da seguinte forma:

a) Para execução dos serviços descritos no OBJETO a licitante oferecerá na proposta 06 (seis) funcionários de trabalho conforme tabela abaixo:

Horário de Trabalho			
Categoria	07:00 às 19:00	19:00 às 07:00	09:00 às 21:00
Vigilante 12x36 D	2		1
Vigilante 12x36 N		2	
Vigilante Lider			1

b) Os vigilantes deverão portar: arma de fogo calibre 38, coletes balísticos, uniforme, rádio de comunicação com fone auricular de lapela e dois deles devem fazer uso de armas não letais tipo Spark DSK. A concorrente deverá apresentar declaração de que apresentará as armas não letais ao assumir o posto.

c) Todas as despesas decorrentes com transporte, uniforme e alimentação, correrão por conta da licitante vencedora.

d) A empresa concorrente deverá, ainda, indicar expressamente a disponibilidade de viatura própria, com motorista, que servirá como veículo de apoio em situações de emergência e urgência sempre que a Casa requerer este serviço, cujo atendimento não excederá o prazo máximo de 20 (vinte) minutos, devendo ser lavrado termo próprio, assinado pelo representante legal da empresa e o servidor público responsável pela requisição, tantas vezes quantas foram necessárias.

e) A equipe de segurança terá um chefe encarregado pelos demais onde deverá em sua remuneração receber 40% (cinquenta por cento) a maior.

f) A empresa concorrente que não tiver escritório operacional no município de Rio Grande deverá apresentar declaração de seu preposto na cidade para dar suporte ao posto.

ANEXO II- PLANILHA

Módulo 1 - Remuneração

Composição da Remuneração:

- Salário Base
- Adicional de Periculosidade
- Adicional por Trabalho Noturno

Salário Base da Categoria

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor	Valor
Vigilante	1.500,40	0%	0,00	1.500,40
Vigilante Lider	1.500,40	40%	600,16	2.100,56

Adicional de Periculosidade

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Aumento
Vigilante 12x36 D	1.500,40	30%	450,12
Vigilante 12x36 N	1.500,40	30%	450,12
Vigilante Lider	2.100,56	30%	630,17

Adicional Noturno

Categoria	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 N	1.950,52	58,33%	20,00%	227,55

Hora Reduzida Noturna

Categoria	Base de Cálculo	Proporção	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 N	1.950,52	8,33%	1,20	194,97

Adicional por Trabalho Noturno

Categoria	Adicional Not	Hora Reduz Not.	Total
Vigilante 12x36 N	227,55	194,97	422,52

Módulo 1 - Remuneração

Categoria	Salário Base	Periculosidade	Adicional Not.	Total
Vigilante 12x36 D	1.500,40	450,12	0,00	1.950,52
Vigilante 12x36 N	1.500,40	450,12	422,52	2.373,04
Vigilante Lider	2.100,56	630,17	0,00	2.730,73

Módulo 2 - Encargos e Benefícios (Anuais, Mensais e Diários)

Composição dos Encargos e Benefícios diários, mensais e anuais:

- Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.
- Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários - GPS e FGTS.
- Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

13º Salário

Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	1.950,52	8,33%	162,48
Vigilante 12x36 N	2.373,04	8,33%	197,67
Vigilante Lider	2.730,73	8,33%	227,47

Férias

Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	1.950,52	8,33%	162,48
Vigilante 12x36 N	2.373,04	8,33%	197,67
Vigilante Lider	2.730,73	8,33%	227,47

Adicional de Férias

Categoria	Base de Cálculo	Aliquota Adc	Provis. Mensal	Total
Vigilante 12x36 D	1.950,52	33,33%	8,33%	54,15
Vigilante 12x36 N	2.373,04	33,33%	8,33%	65,88
Vigilante Lider	2.730,73	33,33%	8,33%	75,82

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias

Categoria	13º Salário	Férias	Adc. Férias	Total
Vigilante 12x36 D	162,48	162,48	54,15	379,11
Vigilante 12x36 N	197,67	197,67	65,88	461,22
Vigilante Lider	227,47	227,47	75,82	530,76

Submódulo 2.2 - GPS e FGTS

Composição do GPS e FGTS	
Encargos	Percentual
INSS Empregador	20,00%
Salário Educação	2,50%
SAT-GIL/RAT	3,00%
SESC	1,50%
SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%
Total	36,80%

GPS - Guia da Previdência Social			
Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	2.329,63	28,80%	670,93
Vigilante 12x36 N	2.834,26	28,80%	816,27
Vigilante Lider	3.261,49	28,80%	939,31

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço			
Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	2.329,63	8,00%	186,37
Vigilante 12x36 N	2.834,26	8,00%	226,74
Vigilante Lider	3.261,49	8,00%	260,92

Submódulo 2.2 Encargos Previdenciários e FGTS			
Categoria	GPS	FGTS	Valor
Vigilante 12x36 D	670,93	186,37	857,30
Vigilante 12x36 N	816,27	226,74	1.043,01
Vigilante Lider	939,31	260,92	1.200,23

Submódulo 2.3 - Benefícios Mesais e Diários

Vale Transporte

Vale Transporte Custo da Passagem

Categoria	Valor Unitário	Vales por Dia	Dias Trabalhados	Custo Total
Vigilante 12x36 D	3,85	2	15	115,50
Vigilante 12x36 N	3,85	2	15	115,50
Vigilante Lider	3,85	2	15	115,50

Desconto do Vale Transporte

Categoria	Base de Cálculo	Proporcionalid.	Percentual	Desconto
Vigilante 12x36 D	1.500,40	50,00%	6,00%	45,01
Vigilante 12x36 N	1.500,40	50,00%	6,00%	45,01
Vigilante Lider	2.100,56	50,00%	6,00%	63,02

* Proporcionalidade = Art. 9º e 10º do Decreto nº 95.247

Custo Efetivo do Vale Transporte

Categoria	Custo Total	Valor Desconto	Custo Efetivo
Vigilante 12x36 D	115,50	45,01	70,49
Vigilante 12x36 N	115,50	45,01	70,49
Vigilante Lider	115,50	63,02	52,48

Auxílio Alimentação

Auxílio Alimentação

Categoria	Valor Diário	Dias Trabalhados	Valor
Vigilante 12x36 D	20,00	15	300,00
Vigilante 12x36 N	20,00	15	300,00
Vigilante Lider	20,00	15	300,00

Desconto do Auxílio Alimentação

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Desconto
Vigilante 12x36 D	300,00	20,00%	60,00
Vigilante 12x36 N	300,00	20,00%	60,00
Vigilante Lider	300,00	20,00%	60,00

Custo Efetivo do Auxílio Alimentação

Categoria	Custo Total	Valor Desconto	Custo Efetivo
Vigilante 12x36 D	300,00	60,00	240,00
Vigilante 12x36 N	300,00	60,00	240,00
Vigilante Lider	300,00	60,00	240,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mesais e Diários

Categoria	Vale Transporte	Auxílio Aliment.	Total
Vigilante 12x36 D	70,49	240,00	310,49
Vigilante 12x36 N	70,49	240,00	310,49
Vigilante Lider	52,48	240,00	292,48

Módulo 2 - Encargos e Benefícios (Anuais, Mensais e Diários)

Categoria	Submódulo 2.1	Submódulo 2.2	Submódulo 2.3	Total
Vigilante 12x36 D	379,11	857,30	310,49	1.546,90
Vigilante 12x36 N	461,22	1.043,01	310,49	1.814,72
Vigilante Lider	530,76	1.200,23	292,48	2.023,47

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Composição da provisão para Rescisão

- Submódulo 3.1 - Aviso Prévio Indenizado.
- Submódulo 3.2 - Aviso Prévio Trabalhado.
- Submódulo 3.3 - Demissão por Justa Causa.

Percentuais por Tipo de Desligamento

Tipos	Percentual
Demissão Sem Justa causa	77,95%
Demissão Com Justa causa	3,26%
Desligamentos Outros Tipos	18,79%
Sem Justa Causa - AP Indenizado	70,16%
Sem Justa Causa - AP Trabalhado	7,80%

Submódulo 3.1 - Aviso Prévio Indenizado

Base dos Cálculos

Categoria	Módulo 1	Módulo 2	GPS	Total
Vigilante 12x36 D	1.950,52	1.546,90	670,93	2.826,49
Vigilante 12x36 N	2.373,04	1.814,72	816,27	3.371,49
Vigilante Lider	2.730,73	2.023,47	939,31	3.814,89

Aviso Prévio Indenizado

Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	2.826,49	12,00	235,54
Vigilante 12x36 N	3.371,49	12,00	280,96
Vigilante Lider	3.814,89	12,00	317,91

Multa do FGTS e Contribuição Social sobre Aviso Prévio Indenizado

Categoria	Base de Cálculo	Percentual Multa	Valor
Vigilante 12x36 D	186,37	50,00%	93,19
Vigilante 12x36 N	226,74	50,00%	113,37
Vigilante Lider	260,92	50,00%	130,46

Submódulo 3.1 - Custo do Aviso Prévio Indenizado

Categoria	Base de Cálculo	Percentual Multa	Valor
Vigilante 12x36 D	328,73	70,16%	230,64
Vigilante 12x36 N	394,33	70,16%	276,66
Vigilante Lider	448,37	70,16%	314,58

Submódulo 3.2 - Aviso Prévio Trabalhado**Base dos Cálculos**

Categoria	Módulo 1	Módulo 2	Total
Vigilante 12x36 D	1.950,52	1.546,90	3.497,42
Vigilante 12x36 N	2.373,04	1.814,72	4.187,76
Vigilante Lider	2.730,73	2.023,47	4.754,20

Aviso Prévio Trabalhado

Categoria	Base de Cálculo	Provis. Mensal	Valor
Vigilante 12x36 D	3.497,42	12,00	291,45
Vigilante 12x36 N	4.187,76	12,00	348,98
Vigilante Lider	4.754,20	12,00	396,18

Multa do FGTS e Contribuição Social sobre Aviso Prévio Trabalhado

Categoria	Base de Cálculo	Percentual Multa	Valor
Vigilante 12x36 D	186,37	50,00%	93,19
Vigilante 12x36 N	226,74	50,00%	113,37
Vigilante Lider	260,92	50,00%	130,46

Submódulo 3.2 - Custo do Aviso Prévio Trabalhado

Categoria	Base de Cálculo	Percentual Multa	Valor
Vigilante 12x36 D	384,64	7,80%	30,00
Vigilante 12x36 N	462,35	7,80%	36,06
Vigilante Lider	526,64	7,80%	41,08

Submódulo 3.3 - Demissão por Justa Causa**Base dos Cálculos para Demissão por Justa Causa**

Categoria	13º Salário	Férias	Adcional Férias	Total
Vigilante 12x36 D	-162,48	-162,48	-54,15	-379,11
Vigilante 12x36 N	-197,67	-197,67	-65,88	-461,22
Vigilante Lider	-227,47	-227,47	-75,82	-530,76

Submódulo 3.3 - Custo da Demissão por Justa Causa

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 D	-379,11	3,26%	-12,36
Vigilante 12x36 N	-461,22	3,26%	-15,04
Vigilante Lider	-530,76	3,26%	-17,30

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Categoria	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Vigilante 12x36 D	230,64	30,00	-12,36	248,28
Vigilante 12x36 N	276,66	36,06	-15,04	297,68
Vigilante Lider	314,58	41,08	-17,30	338,36

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Composição do Custo de reposição do Profissional Ausente

- Submódulo 4.1 - Ausências Legais.
- Submódulo 4.2 - Intervalo para Repouso/Alimentação.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Número de dias de reposição do profissional ausente para cada evento

Categoria	Incidência Anual	Duração Ausência	Prop. Dias Afetados	Dias Reposição
Férias	1,0000	30,00	50,00%	15,0000
Ausência Justificada	1,0000	1,00	100,00%	1,0000
Acidente Trabalho	0,0922	15,00	50,00%	0,6913
Afastamento Doença	1,0000	5	50,00%	2,5000
Consulta Médica Filho	0,1522	2	100,00%	0,3044
Óbitos na Família	0,0309	2	50,00%	0,0309
Casamento	0,0123	3	50,00%	0,0185
Doação de Sangue	0,0200	1	100,00%	0,0200
Testemunho	0,0040	1	100,00%	0,0040
Paternidade	0,0321	20	50,00%	0,3213
Maternidade	0,0028	180	50,00%	0,2496
Consulta Pré-natal	0,0002	6	100,00%	0,0014
Total Reposição				20,1413

Custo Diário para Repositor

Categoria	Base de Cálculo	Divisor do Dia	Custo Diário
Vigilante 12x36 D	3.745,70	30	124,86
Vigilante 12x36 N	4.485,44	30	149,51
Vigilante Lider	5.092,56	30	169,75

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

Categoria	Custo Diário	Necessid Repos.	Custo Anual	Custo Mensal
Vigilante 12x36 D	124,86	20,1413	2.514,84	209,57
Vigilante 12x36 N	149,51	20,1413	3.011,33	250,94
Vigilante Lider	169,75	20,1413	3.418,99	284,92

Submódulo 4.2 - Reposição do Profissional no Intervalo para Repouso e Alimentação

Custo Diário para Repositor

Categoria	Base de Cálculo	Divisor de Hora	Custo Diário
Vigilante 12x36 D	3.745,70	220	17,03
Vigilante 12x36 N	4.485,44	220	20,39
Vigilante Lider	5.092,56	220	23,15

Submódulo 4.2 - Intraornada

Categoria	Valor da Hora	Necessid Repos.	Valor
Vigilante 12x36 D	17,03	15	255,45
Vigilante 12x36 N	20,39	15	305,85
Vigilante Lider	23,15	15	347,25

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Categoria	Submódulo 4.1	Submódulo 4.2	Valor
Vigilante 12x36 D	209,57	255,45	465,02
Vigilante 12x36 N	250,94	305,85	556,79
Vigilante Lider	284,92	347,25	632,17

Módulo 5 - Insumos de Mão de Obra

Módulo 5 - Insumos de Mão de Obra

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 D	4.210,72	3,05%	128,43
Vigilante 12x36 N	5.042,23	3,05%	153,79
Vigilante Lider	5.724,73	3,05%	174,60

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL

Composição da CITL:

- Custos Indiretos. CI:(6%).
- Tributos. T: (13,25%) = PIS: 1,65%, COFINS: 7,60%, ISS: 4%
- Lucro antes do Imposto de Renda. L: (6,79%)

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 D	4.339,15	32,56%	1.412,83
Vigilante 12x36 N	5.196,02	32,56%	1.691,82
Vigilante Lider	5.899,33	32,56%	1.920,82

Custo Total da Mão de Obra - Valor Total por Empregado

Categoria	Vigilante 12x36 D	Vigilante 12x36 N	Vigilante Lider
Remuneração	1.950,52	2.373,04	2.730,73
Encargos e Benefícios	1.546,90	1.814,72	2.023,47
Rescisão	248,28	297,68	338,36
Reposição Ausencias	465,02	556,79	632,17
Insumos Diversos	128,43	153,79	174,60
CITL	1.412,83	1.691,82	1.920,82
Valor por Empregado	5.751,98	6.887,84	7.820,15
Número Empregados	3	2	1
Valor Final	17.255,94	13.775,68	7.820,15

Total Geral	38.851,77
--------------------	------------------

Horário de Trabalho

Categoria	07:00 às 19:00	19:00 às 07:00	09:00 às 21:00
Vigilante 12x36 D	2		1
Vigilante 12x36 N		2	
Vigilante Lider			1

RESUMO DAS PLANILHAS

Módulo 1 - Remuneração

Composição da Remuneração:

- Salário Base
- Adicional de Periculosidade
- Adicional por Trabalho Noturno

Módulo 1 - Remuneração				
Categoria	Salário Base	Periculosidade	Adicional Not.	Total
Vigilante 12x36 D	1.500,40	450,12	0,00	1.950,52
Vigilante 12x36 N	1.500,40	450,12	422,52	2.373,04
Vigilante Lider	2.100,56	630,17	0,00	2.730,73

Módulo 2 - Encargos e Benefícios (Anuais, Mensais e Diários)

Composição dos Encargos e Benefícios diários, mensais e anuais:

- Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.
- Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários - GPS e FGTS.
- Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários

Módulo 2 - Encargos e Benefícios (Anuais, Mensais e Diários)				
Categoria	Sumódulo 2.1	Sumódulo 2.2	Sumódulo 2.3	Total
Vigilante 12x36 D	379,11	857,30	310,49	1.546,90
Vigilante 12x36 N	461,22	1.043,01	310,49	1.814,72
Vigilante Lider	530,76	1.200,23	292,48	2.023,47

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Composição da provisão para Rescisão

- Submódulo 3.1 - Aviso Prévio Indenizado.
- Submódulo 3.2 - Aviso Prévio Trabalhado.
- Submódulo 3.3 - Demissão por Justa Causa.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Categoria	Submódulo 3.1	Submódulo 3.2	Submódulo 3.3	Total
Vigilante 12x36 D	230,64	30,00	-12,36	248,28
Vigilante 12x36 N	276,66	36,06	-15,04	297,68
Vigilante Lider	314,58	41,08	-17,30	338,36

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Composição do Custo de reposição do Profissional Ausente

- Submódulo 4.1 - Ausências Legais.
- Submódulo 4.2 - Intervalo para Repouso/Alimentação.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Categoria	Submódulo 4.1	Submódulo 4.2	Valor
Vigilante 12x36 D	209,57	255,45	465,02
Vigilante 12x36 N	250,94	305,85	556,79
Vigilante Lider	284,92	347,25	632,17

Módulo 5 - Insumos de Mão de Obra

Módulo 5 - Insumos de Mão de Obra

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 D	4.210,72	3,05%	128,43
Vigilante 12x36 N	5.042,23	3,05%	153,79
Vigilante Lider	5.724,73	3,05%	174,60

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL

Composição da CITL:

- Custos Indiretos. CI: (6%).
- Tributos. T: (13,25%) = PIS: 1,65%, COFINS: 7,60%, ISS: 4%
- Lucro antes do Imposto de Renda. L: (6,79%)

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL

Categoria	Base de Cálculo	Percentual	Valor
Vigilante 12x36 D	4.339,15	32,56%	1.412,83
Vigilante 12x36 N	5.196,02	32,56%	1.691,82
Vigilante Lider	5.899,33	32,56%	1.920,82

Custo Total da Mão de Obra - Valor Total por Empregado

Categoria	Vigilante 12x36 D	Vigilante 12x36 N	Vigilante Lider
Remuneração	1.950,52	2.373,04	2.730,73
Encargos e Benefícios	1.546,90	1.814,72	2.023,47
Rescisão	248,28	297,68	338,36
Reposição Ausências	465,02	556,79	632,17
Insumos Diversos	128,43	153,79	174,60
CITL	1.412,83	1.691,82	1.920,82
Valor por Empregado	5.751,98	6.887,84	7.820,15
Número Empregado	3	2	1
Valor Final	17.255,94	13.775,68	7.820,15

Total Geral	38.851,77
--------------------	------------------

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE (RS), DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI N.º 8.666/93;

Através da presente, declaramos que a empresa CNPJ nº, cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação instaurada pela Câmara Municipal do Rio Grande. Declaramos também que a empresa não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração do Município do Rio Grande (RS), bem como não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Declaramos, ainda, que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora afirmada será imediatamente comunicada, por escrito, ao GCLC do Município do Rio Grande / RS.

..... de de 2019.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto /
credenciado

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

A empresa _____, CNPJ nº _____, localizada à _____, nº _____, bairro _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente..

....., de de 2019.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto / credenciado

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO ART. 3º E NÃO INCURSÃO NOS IMPEDIMENTOS DO § 4º DO MESMO ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06 – ME/EPP

Declaro, sob as penas da Lei, que a
licitante CNPJ
nº., enquadra-se na definição do art. 3º da Lei
Complementar nº. 123/06, pelo que pretende exercer o direito de preferência
conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos,
não estando incurso em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

....., de de 2019.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto /
credenciado

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ref.: (identificação da licitação)

A
(Razão Social da licitante), inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF
nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V
do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854,
de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
().

....., de de 2019.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto /
credenciado

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXERCE CARGO PÚBLICO

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____
(Razão Social da licitante), inscrito no CNPJ nº _____, localizada à
_____, nº _____, Bairro _____, Cidade
_____ DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente
data não possui exercente de cargo, função ou emprego na Administração
Pública Municipal em seu quadro funcional, seja na qualidade de titular, sócio
ou mantenedor de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,
financeira ou trabalhista, para sua habilitação no processo licitatório acima
descrito, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal da licitante ou do procurador / preposto /
credenciado

a- 2006.000 – Manutenção da Atividade Legislativa: 3.3.90.37.000.000
– locação de mão-de-obra.

b- 2.006.000- Manutenção de Atividade Legislativa:
3.3.90.47.000.000 – Obrigações tributárias e contributivas.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, desde que não haja denúncia com antecedência mínima de 90 (noventa) dias de seu término, por parte da adjudicatária, e de 30 (trinta) dias por parte da Câmara.

3.2 Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pela Câmara Municipal, através do Fiscal de Contratos a qualquer hora, bem como para o pagamento se observará o previsto nos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/1964, com relação à liquidação da despesa;

3.3 A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local do serviço a supervisão necessária, tendo um representante ou preposto com poderes para tratar com a Câmara;

3.4 No caso de recusa no atendimento de qualquer reclamação, independente das sanções cabíveis, a Câmara Municipal poderá confiar a outrem os serviços reclamados e não executados, notificando previamente a contratada, descontando o seu custo, de uma só vez sem que a mesma possa impugnar seu valor;

3.5 A contratada assumirá inteiramente a responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente acarretar a Câmara ou a terceiros, quando da execução do serviço contratado;

3.6 A contratada que não satisfizer os compromissos assumidos serão aplicadas as seguintes penalidades:

A – ADVERTÊNCIA: sempre que forem constatadas irregularidades de pequena monta as quais tenham ocorrido, e desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

B- MULTA: no caso de atraso ou negligência na execução dos serviços, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela mensal pactuada.

C – OUTRAS PENALIDADES: em função de natureza da infração, a Câmara poderá aplicar as demais penalidades previstas na Lei nº 8666/93.

3.7 Caso a contratada persista descumprindo as obrigações assumidas será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado e rescindindo o contrato e pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais aplicáveis;

3.8 A Câmara se reserva o direito de alterar o horário dos serviços, de acordo com a sua conveniência e a qualquer tempo, durante a vigência do contrato;

3.9 Este contrato reger-se-á por todas as suas cláusulas, assim como, pelo que dispõe os artigos 77 a 79, todos da Lei 8666/93, e posteriores alterações.

3.10 O presente contrato vincula-se ao Edital de Licitação Pregão Presencial, Nº 014/2019, Processo 5361/2019.

4. DO FORO

Fica eleito o Foro do Rio Grande- RS, dirimir quais dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Rio Grande, xx de xxxxxx de 2019.

Verª Andrea Dutra Westphal

Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

